

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA NA ARGENTINA (1984-1989): UM BALANÇO DO GOVERNO ALFONSIN

Luis Fernando AYERBE*

RESUMO: Neste artigo, pretendemos mostrar como a transição para a democracia na Argentina, apesar dos sinais de maior estabilidade institucional, convive com a consolidação de um sistema econômico-social cujos sinais de crise tendem a acentuar cada vez mais o seu caráter excludente.

UNITERMOS: Democracia; crise econômica; pacto social; governabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A eleição de Carlos Saúl Menem em 14 de maio de 1989 para a presidência do país pelo Partido Justicialista, independentemente de qualquer julgamento político em relação ao candidato e ao partido, tem um significado importante: a última vez em que um presidente eleito de acordo com as normas definidas pela Constituição de 1853 entregou o poder a um novo presidente eleito foi em 28 de outubro de 1928, quando Marcelo T. de Alvear empossou Hipólito Irigoyen, candidato da União Cívica Radical.

No entanto, a relevância deste fato como sinal evidente da estabilização do sistema político institucional se vê obscurecida pelo contexto socioeconômico de crise vivido pelo país nesse momento.

Tomando como referência a trajetória argentina nas décadas anteriores, notaremos que a crise dos últimos anos, além de mais profunda, apresenta também algumas peculiaridades. Vejamos:

Entre 1955, ano da derrocada do segundo governo de Perón, e 1976, quando a junta militar encabeçada por Jorge Rafael Videla derruba o governo justicialista de Isabel Perón, a instabilidade política e a decadência econômica estão sempre associadas a um problema de fundo, como é a disputa de grupos hegemônicos em torno da definição de um modelo de acumulação dominante e o controle do Estado. Três projetos socioeconômicos se apresentam como alternativa para o país. O projeto

nacional-populista, representado basicamente pelo peronismo, que advoga em favor de um desenvolvimento capitalista com base nacional, com restrições ao capital estrangeiro e ao poder de manobra do setor agroexportador, favorecendo os grupos industriais nacionais a partir do estímulo e proteção do mercado interno e a ampliação do consumo popular.

O projeto desenvolvimentista, preocupado com o fortalecimento do capitalismo, apoiado nos setores de infra-estrutura e bens de capital, contando com o capital estrangeiro como elemento dinamizador da economia. Este projeto teve defensores no âmbito dos partidos políticos (Movimiento de Integración y Desarrollo de Arturo Frondizi, eleito presidente em 1958) e dos militares, tendo em vista que os regimes ditatoriais até 1976 nunca questionaram o papel preponderante da indústria como alavanca do desenvolvimento econômico.

O projeto liberal, que basicamente faz a crítica do processo de industrialização iniciado em 1930, questionando a idéia de que a base do crescimento da economia está no desenvolvimento industrial, criticando o intervencionismo estatal e propondo a integração sem protecionismo na economia internacional. Embora planos econômicos de estabilização de orientação liberal tenham sido implementados em 1958 e 1966 nos governos de Frondizi e Onganía (militar), podemos dizer que é a partir da ditadura militar do período 1976-1983 que esta política se coloca como orientação central nos rumos da economia*.

Se a disputa pela implementação dos projetos socioeconômicos descritos, comprometeu o desenvolvimento do país nas últimas décadas e tornou extremamente instável o seu sistema político, dada a profunda inserção destes antagonismos na sociedade argentina, podemos afirmar que a disputa se define no último período militar: o processo de internacionalização da economia (o que não significa necessariamente crescimento), tendo como fatores dinâmicos o setor agroexportador e os grandes grupos industriais e financeiros nacionais e estrangeiros, se apresenta hoje como um fato indiscutível.

Neste sentido, na situação de crise que viveu o país ao longo dos anos do governo Alfonsín, várias novidades chamam a atenção:

Já não existem divergências irreconciliáveis entre os setores dominantes e entre os partidos políticos justicialista e radical nas grandes questões que dizem respeito ao modelo de acumulação (papel do capital nacional, do capital estrangeiro, do setor industrial, agropecuário, do Estado). Nem os grandes perigos para a estabilidade do sistema dos anos 70, dada a capacidade de mobilização da esquerda e do peronismo revolucionário na época. Os empresários tiveram participação na definição dos rumos

* Quando me refiro à existência de três projetos socioeconômicos, não significa que sejam os únicos, apenas os principais, com possibilidades efetivas de transformar a realidade. Um projeto anti-imperialista e socialista presente em várias correntes da esquerda atingiu bastante força nos anos setenta, chegando a preocupar as classes dominantes ao ponto de constituir-se no alvo principal da repressão da última junta militar. No entanto, em nenhum momento teve força suficiente como para polarizar em apoios sociais e políticos com os outros.

da política econômica nesse período e a Confederação Geral do Trabalho pouco fez para alterar uma das tendências mais claras da estabilização econômica do governo Alfonsín, de colocar o salário como variável principal de ajuste contra a inflação. A comunidade financeira internacional e o governo Reagan apoiaram os diversos planos de estabilização implementados. Mesmo com este conjunto de situações “favoráveis”, a economia permaneceu estagnada e os indicadores conjunturais da crise, como inflação, deterioração salarial e desvalorização da moeda atingiram os piores níveis até então conhecidos, chegando a colocar em pauta a questão da governabilidade. A quem cabe a culpa?

Neste artigo, pretendemos mostrar como a transição para a democracia na Argentina, apesar dos sinais de maior estabilidade institucional, convive com a consolidação de um sistema econômico-social cujos sinais de crise tendem a acentuar cada vez mais o seu caráter excludente.

2. AUTORITARISMO E TRANSIÇÃO PACTADA; O DISCURSO MUDANCISTA E OS SEUS LIMITES

Se o contexto político dos anos 70 na América Latina se caracterizou pelo advento generalizado de regime ditatoriais, os anos 80 nos colocam frente à perspectiva da transição para a democracia representativa na maioria dos países do continente.

Existe um certo consenso em associar o fenômeno das ditaduras militares à necessidade de consolidação na América Latina do processo de internacionalização das economias sob o impulso do capital multinacional, iniciado nos anos 50. Também existe um certo consenso em afirmar que a grande tendência em favor da democracia política, não expressa geralmente uma ruptura com a ordem econômica anterior.

Como entender, neste caso, a convivência continuada em países como Brasil e Argentina dos novos regimes institucionais, com uma crise econômica para a qual não se vislumbram saídas a médio prazo?

Neste sentido, uma análise da produção teórica recente que procura estudar o fenômeno da democracia na América Latina, nos permite verificar uma particularidade importante: o predomínio de um discurso que valoriza a estabilidade política como meta importante, e até prévia, a qualquer discussão em torno das questões de ordem econômica e social. Neste caso, a contradição autoritarismo-democracia aparece como dilema fundamental de experiências que abarcam desde os países do Terceiro Mundo até o Leste Europeu*, levando à conclusão quase que imediata no sentido da defesa da democracia política como saída inicial obrigatória.

Desde esta perspectiva, qual seria o “recitativo ideal” de uma transição bem-sucedida, dentro desse quadro de crise?

* Este é o caso do cientista político polonês Adam Przeworski que coloca a seguinte questão: “Estou convencido de que a lógica da transição para a democracia – as alternativas presentes nos diferentes estágios e as condições sob as quais a democracia é possível – pode ser analisada utilizando-se termos similares, ainda que se esteja falando da Europa Ocidental do início do século, da América ou a Europa Oriental”.

Se considerarmos que os atuais regimes democráticos aparecem como síntese de três fatores básicos: 1) uma crise econômica profunda, embora maior ou menor no plano estrutural, dependendo do país; 2) uma crise geral da sociedade, dada a incapacidade dos regimes militares em apresentar soluções para os problemas existentes que contemplem a totalidade do espectro social, limitando-se a impor pela força políticas excludentes; 3) uma crise geral do sistema político, dada a continuada destruição ou controle das diversas formas de organização e representação da pluralidade de interesses; é possível a estabilização institucional a partir da aceitação, por parte dos atores políticos e sociais e dos setores econômicos com capacidade efetiva de intervenção, de algumas pré-condições:

a) a democracia política tem de ser pensada como questão individual, cujo destino não depende necessariamente das condições adversas ou favoráveis nos planos econômico e social. A atenção deve estar voltada prioritariamente para o fortalecimento das formas institucionais de competição política;

b) o tratamento da crise econômica, que age como elemento desintegrador, deve apoiar-se em acordos concertados, a curto e médio prazos, entre trabalhadores, capitalistas e Estado. A consolidação de um processo de negociação desta natureza deve responder a algumas pré-condições importantes: a médio prazo, a concordância, nos três setores, a respeito do modelo econômico para o qual apontam as várias estratégias; a curto prazo, o consenso em torno de medidas que distribuam “equitativamente” os sacrifícios necessários para superar a crise;

c) a elasticidade do sistema partidário, no sentido de facilitar a integração das forças de consenso em grandes partidos hegemônicos, que tornem menos conflitiva a passagem da reivindicação setorial para a formulação política global, isolando, dessa maneira, as forças desintegradoras à esquerda e à direita;

d) uma relação de adequação entre os grupos dominantes, no plano do modelo de acumulação e do Estado, que tenha continuidade na organização da hegemonia no plano do regime político.

Estes quatro fatores contribuem efetivamente para a estabilização da democracia política, porém, ao mesmo tempo, ficam claramente delimitados os alcances deste tipo de regime, no que se refere ao caráter das mudanças que podem ser toleradas pelo sistema. Por exemplo, o modelo de desenvolvimento capitalista associado ao capital estrangeiro, não pode ser colocado em questão, pelo menos pelas forças políticas com possibilidades de acesso ao poder. A disputa de interesses no plano econômico-social não deve extrapolar a esfera da distribuição, pois poria em risco este modelo de democracia, cuja função é integrar, e não questionar, a existência de classes sociais com interesses contraditórios.

Isso não elimina a importância do discurso acima descrito, na medida em que ele se incorporou como elemento constitutivo das práticas políticas dos atores principais nos processos em curso, configurando-se como dado político de peso nas próprias análises relativas à transição.

No caso argentino, o governo Alfonsín, como veremos, procurou vestir o figurino da transição pactada. Os êxitos e fracassos da sua gestão, se medidos apenas pela relação entre objetivos e realizações, demarcam claramente os limites deste tipo de discurso. No entanto, se adotarmos uma perspectiva de análise que coloque em destaque os efeitos sociais da política do governo, perceberemos claramente como a democracia política nos países do Terceiro Mundo é efetivamente restrita, que o problema não se restringe ao confronto entre o discurso da “modernidade” e o discurso do “arcaico”. A teoria, na prática, é outra.

3. A HERANÇA DO REGIME MILITAR

Como colocamos no início, o regime militar do período 1976-1983 aparece como tentativa de ajuste de contas com a situação de instabilidade política e decadência econômica atribuídas à presença desestabilizadora do nacionalismo peronista e da esquerda revolucionária. Neste sentido, o objetivo estratégico dos militares coloca como necessária uma reestruturação radical da sociedade argentina. Isto, traduzido em metas políticas e econômicas, significa a desestruturação do modelo de acumulação historicamente adotado pelo país, que coloca a industrialização como principal objetivo da política econômica, tendo no protecionismo estatal um aliado fundamental; e o enquadramento do setor assalariado, numa posição de subordinação (política e econômica), a partir do desmantelamento das suas organizações políticas e sindicais.

Os lineamentos do plano econômico imposto em 1976, são claros a este respeito.

Fixa-se um novo nível de equilíbrio dos salários reais inferiores em 40% do nível médio do quinquênio anterior (ver Quadro 3), eliminam-se taxações à exportação de produtos agropecuários junto aos subsídios para as exportações não tradicionais, aplica-se um programa de redução progressiva das barreiras alfandegárias de importação, liberam-se os mercados cambiais e financeiros e a taxa de juros passa a ser regulada pela oferta e procura.

Com estes mecanismos, numa economia em que o controle da inflação permanece insuficiente, as consequências serão a valorização do dinheiro e o desequilíbrio paralelo dos custos do setor produtivo, acentuação das tendências recessivas e estímulo à especulação financeira.

Em relação à política cambial, estabelece-se um tipo de câmbio que assegura, para os investidores em moeda estrangeira, juros superiores aos dos demais mercados internacionais, implementando uma política de captação de divisas com garantia de reconversão automática à moeda original do próprio Estado.

Quando a partir de dezembro de 1978, o governo inicia uma política de desvalorização do peso e os investidores decidem recuperar as divisas, o Estado se vê obrigado a tomar empréstimos no exterior para cobrir o déficit.

No período que vai de dezembro de 1978 até março de 1981, data de saída do ministro da economia Martínez de Hoz, a dívida externa cresce de 9.700 milhões de dólares para 29.587, em grande parte pela necessidade de cobrir a reconversão de divisas.

O crescimento especulativo da dívida externa e o desenvolvimento de um setor financeiro que passa a ter um papel decisivo na definição dos rumos da economia, aparecem como dois grandes subprodutos da reestruturação do país. A desindustrialização e a concentração no setor industrial completam o novo quadro.

A queda no faturamento e o fechamento maciço de empresas, junto ao desinteresse do capital estrangeiro com as baixas possibilidades de lucratividade oferecidas pelo país abrem espaço para a formação de grandes conglomerados nacionais que passam a ocupar os lugares vagos. São grupos que atuam prioritariamente nas áreas petrolíferas, siderúrgicas, alimentícia e têxtil, a sua base de expansão tende cada vez para o mercado externo, o que torna o seu desempenho econômico pouco comprometido com os rumos da economia do país. No entanto, em conjunto com o setor agroexportador, representam a parte principal do saldo na balança comercial, o que lhes confere uma influência decisiva na formulação de qualquer política econômica. No período do governo Alfonsín isto é muito claro.

Em relação à classe operária, a desarticulação do aparato produtivo traz como consequência a diminuição quantitativa do operariado fabril, que em 1983 é 40% menor do que em 1974. Se nas eleições de 1973 havia um operário para cada 7,8 eleitores registrados, em 1983 havia um por cada 13,8 eleitores (5). Este processo acontece paralelamente ao crescimento do setor informal da economia e o aumento do número de pessoas que trabalham por conta própria.

Para além dos efeitos globais da política econômica em relação ao setor assalariado, o regime militar define objetivos específicos para a classe operária que se referem à chamada “disciplinarização” da mão-de-obra, em função da qual trabalha em dois níveis:

a) repressão violenta contra a militância política e sindical. Entre 1976 e 1982, numa lista de 7.785 casos de pessoas seqüestradas e desaparecidas, o número de operários e empregados é de 3.784, ou seja, 48,6%.

b) esta repressão acompanha medidas como: intervenção nos sindicatos, supressão do direito de greve, suspensão das atividades sindicais, abrindo caminho para uma política que tem como objetivo reorganizar o mercado de trabalho. O que se procura é diminuir o número de trabalhadores ocupados e ao mesmo tempo aumentar a produtividade, através da extensão da jornada de trabalho e a racionalização dos processos produtivos.

Para uma base de 100 em 1974, o salário real decaiu para 65,9% em 1982. A produtividade da mão-de-obra cresce 37,6% entre 1974 e 1983 e o custo salarial da mesma decaiu 18,6% no mesmo período. Em termos de transferência de renda do setor assalariado ao capital, incrementa-se 69,0% o excedente captado no mesmo período (1).

A magnitude da crise econômica e as seqüelas da repressão no seio da sociedade, que trazem como resposta o crescimento dos movimentos grevistas, surgimento de movimentos sociais pela defesa dos direitos humanos, já representam por si só uma pesada herança a ser administrada pelo futuro governo. O caráter assumido pela tran-

sição política, que apesar dos sinais de uma crescente mobilização política, se dá a partir da derrota militar na Guerra das Malvinas, somada a um conjunto de novos problemas.

A falta de preparo dos partidos políticos para assumir o poder, a falta de diagnósticos da situação econômica articulados com projetos de gestão a curto prazo, a precária situação da esquerda, desmantelada e sem condições de articular iniciativas populares, constituem um déficit político que, como veremos, se fará sentir no primeiro ano do novo governo, em que o peso do passado parece dominar o cenário, recriando o clima de instabilidade já vivido.

Mesmo com este conjunto de fatores negativos, a transição política coloca em destaque algumas situações novas em relação a processos de re-democratização anteriores:

- a porcentagem de pessoas filiadas a partidos políticos é a maior já registrada na história do país. Em maio de 1983 havia 5.610.520 pessoas inscritas nos diversos partidos, representando 31,4% do total de eleitores, sendo 3.005.355 no Partido Justicialista e 1.410.123 na União Cívica Radical.

- mesmo com vantagens, o justicialismo aparece com a menor aceitação de sua história, acontecendo o contrário com o radicalismo, que, embora em desvantagem, nunca teve tanto apoio da opinião pública.

- o peronismo, enquanto movimento político deixou de ser o alvo de ataques dos setores dominantes tornando-se parte reconhecida por todos na política argentina. Como já acontecia com o Partido Radical, no justicialismo, as posturas de centro-esquerda e centro-direita encontram amplo espaço de expressão. Na medida em que ambos os partidos são depositários de mais de 80% do apoio popular, e representam posturas centristas no plano político, se tornam cada vez mais fatores de estabilidade do sistema político.

Os resultados das eleições são conhecidos, os radicais conseguem 52% dos votos contra 40% dos peronistas. A derrota do peronismo, pela primeira vez em quarenta anos, em eleições limpas e sem proscricções, representa um fato extremamente relevante.

Pesou o perfil opositor do candidato do partido radical, Raul Alfonsín, numa mensagem que acentuava a busca da paz interna, o castigo aos culpados pela repressão e a garantia de um regime de pleno gozo das liberdades políticas. Do lado do justicialismo, a imagem de divisão manifesta nos últimos meses, em que correntes diversas se confrontam pelo controle do partido, utilizando-se muitas vezes da agressão física como argumento de poder, e a apresentação de candidatos de trajetória pouco clara, principalmente do meio sindical, em que vários dirigentes que pactuaram com os militares apareceram como postulantes a cargos legislativos e executivos nos governos provinciais, junto ao próprio candidato presidencial, Italo Luder, homem conservador e de pouca penetração popular, atentam bastante contra a popularidade histórica do partido.

4. O PRIMEIRO ANO DO GOVERNO RADICAL

As diversas medidas ensaiadas nos vários campos pelo governo radical neste primeiro período, demonstram claramente a falta de uma estratégia global e, ao mesmo tempo, e por causa disto, a incerteza sobre os rumos a curto prazo.

A democracia, o desenvolvimento econômico, a soberania nacional, a justiça social, o fim da violência, não são suficientes como plataforma política quando a passagem da oposição para o governo exige que as bandeiras levantadas se transformem em ações concretas e visíveis para o conjunto da sociedade.

Podemos dizer que o primeiro ano se apresenta como ensaio geral das possibilidades de mudança, estabelecendo a correlação entre as tendências da política governamental e as possíveis respostas dos vários setores da sociedade. Neste processo é que se gesta a verdadeira estratégia dos radicais, cujos frutos serão visíveis a partir de junho de 1985.

Em relação à política econômica, o objetivo prioritário que se coloca é o da negociação da dívida externa. Aproveitando uma conjuntura inicial favorável pela volta do país ao regime democrático, junto com uma certa “boa vontade” por parte dos governos dos países credores, o governo inicia uma política de endurecimento com o FMI, tentando uma negociação política de governo a governo e apostando no apoio de países como o Brasil e o México, para uma ofensiva política latino-americana.

No plano interno, o então ministro de economia Bernardo Grinspun anuncia em julho as diretrizes principais da política econômica: retomada do crescimento econômico fixando uma porcentagem de 5% do PIB para esse ano, planos de moradia popular e alimentação, racionalização do sistema financeiro, definição da questão da dívida até o final do ano.

Efetivamente, em relação à dívida os prazos anunciados se cumprem, só que não nos moldes desejados pelo governo. Após uma postura de endurecimento e por falta de apoio no resto América Latina, onde principalmente o Brasil empreendeu uma política de negociação individual com o FMI, o governo argentino conclui um acordo em dezembro pelo qual se comprometem todas as metas anunciadas em julho: refinancia-se a dívida vencida e por vencer dos anos 1982, 83, 84, 85 e conseguem-se novos fundos para financiar o balanço de pagamento até 1985. Na prática, há um aumento do endividamento cujos efeitos serão visíveis no próximo ano, dado que o pagamento das parcelas que vencem em 1985 comprometem qualquer perspectiva de crescimento e de melhorias sociais.

Outra área de atuação definida como prioritária pelo governo é a normalização dos sindicatos, sob intervenção desde o regime militar e onde permanecem direções eleitas durante o governo peronista do período 1973-1976, junto a outras formadas por comissões nomeadas pela própria ditadura.

Neste sentido, a primeira iniciativa será o envio ao parlamento de uma lei de normalização sindical, na qual se fixam as normas para o processo de renovação das

autoridades gremiais. O objetivo desta lei era o de minar o controle da CGT por parte do peronismo procurando fortalecer as instâncias de base (comissões de fábrica e delegados) no processo eleitoral, que deveria ser convocado por comissões transitórias nomeadas pelo Ministério do Trabalho.

Independentemente dos objetivos, a lei efetivamente beneficiava uma renovação na entidade, abrindo espaço para as lideranças mais combativas, não comprometidas com a chamada "Burocracia" sindical peronista*.

A lei é aprovada na Câmara dos Deputados e derrotada por um voto na Câmara de Senadores, onde a capacidade de articulação dos dirigentes sindicais foi decisiva.

Uma nova lei de compromisso entre governo e CGT é aprovada. O processo eleitoral começa em setembro de 1984 e apesar do controle exercido pela direção da entidade, que consegue manter a hegemonia na CGT, em importantes sindicatos como o de mecânicos e afins do transporte automotor (SMATA), dos trabalhadores do Estado (ATE), algumas regionais da União Operária Metalúrgica (UOM), sindicato de bancários e outros menores, impuseram-se listas pluralistas, representativas de alianças entre correntes de esquerda e lideranças independentes, ou com participação de sindicalistas ligados ao partido do governo e justicialistas de oposição.

A terceira área definida como prioritária pelo governo é a questão do castigo aos responsáveis pela repressão política durante o regime militar.

O encaminhamento dado a este problema neste primeiro ano passa por dois processos paralelos:

- a) entrega-se o julgamento dos militantes implicados na violação dos direitos humanos ao âmbito da justiça militar;
- b) constitui-se uma comissão de personalidades encarregada de fazer um levantamento sobre a repressão do Estado durante o regime militar.

O processo de investigação levado a cabo por esta comissão, culmina com a exibição de um filme na televisão que procura mostrar da maneira mais clara e objetiva possível a dimensão dos crimes da ditadura, e com a edição de um livro (*Nunca Mais*), em novembro, que faz o levantamento detalhado de informações e análises do "terrorismo de Estado", qualificativo que enquadra a repressão como política racional levada a cabo pelo Estado militar.

No mês de outubro, a justiça militar considera-se incompetente para agir no julgamento dos militares e o assunto passa para as mãos da justiça civil.

Neste primeiro ano, aparecem as primeiras polarizações entre aqueles que justificam a ação das Forças Armadas, colocando-a como reação à atuação da guerrilha de esquerda, embora condenando os "excessos"; e a postura contrária, cujos principais porta-vozes são os organismos de defesa dos direitos humanos e os partidos de esquerda, que procuram o castigo aos culpados, independentemente da sua posição na

* Quando falamos em "Burocracia Sindical", estamos nos referindo ao grupo de dirigentes que controla os postos principais da estrutura gremial argentina, defendendo interesses próprios permanentes.

hierarquia das forças armadas e do alcance numérico da culpabilidade, que na prática, incrimina a própria instituição.

Entre estas duas posturas, o governo aparece como defensor das instituições republicanas, da divisão de poderes e da autonomia da justiça, “lenta mas eficaz”, para decidir a questão.

Quando começa o julgamento dos militares pela justiça civil é que a radicalização de posições se trará decisiva.

O pacto social como política governamental

Até aqui, analisamos o tratamento dado pelo governo às questões críticas da conjuntura. Tendo em vista a definição de políticas para médio e longo prazo, como são a consolidação do regime constitucional e as estratégias de desenvolvimento econômico, o instrumento privilegiado é a chamada política de conserto socioeconômico.

Basicamente, esta política procura articular acordos estáveis entre empresários, trabalhadores e estado, na definição dos rumos da política econômica e social. Neste sentido, o Estado define estratégias de médio e longo prazo que levam em conta os acordos concertados entre os setores sociais, através da sua representação corporativa.

Como descrevemos anteriormente, existem alguns pressupostos para a viabilidade de um “pacto social” desta natureza.

Em primeiro lugar, uma definição do modelo socioeconômico do país para o qual as diversas estratégias apontam. Pelo menos a médio prazo.

Em segundo lugar, e na medida em que os acordos procuram a estabilidade do sistema, a suspensão temporária, por parte do setor assalariado, de reivindicações que questionem a própria natureza do mesmo.

Em terceiro lugar, a representatividade das corporações que negociam em nome dos trabalhadores e dos empresários.

Este último fator é fundamental para entender, principalmente no caso argentino, a capacidade de manobra dos vários grupos econômicos num processo de negociação, e o potencial estabilizador que a política de pacto social pode representar.

A estrutura ocupacional Argentina apresenta uma série de indicadores particulares: em relação ao fator concentração-dispersão da mão-de-obra ocupada, os assalariados das grandes empresas representam 46% do total e os assalariados das microempresas, agropecuários, do comércio e de atividades domésticas atingem 25% do total.

No lado empresário, os estabelecimentos mais concentrados (que ocupam mais de cem trabalhadores) geram 60% da produção industrial e empregam 50% dos assalariados industriais. Na construção, finanças e serviços básicos, coexistem grandes empresas privadas e estatais com pequenas e médias empresas. No comércio, predominam os pequenos estabelecimentos. No setor agropecuário, a liderança dos produtores da região pampiana que produzem para a exportação, não gera antagonismos

irreconciliáveis com os outros produtores, permitindo um perfil mais homogêneo comparado com os outros setores. Os microempresários e trabalhadores por conta própria representam 25% da população ativa.

Em conjunto, estes dados permitem algumas conclusões:

a) Se a CGT tem um forte peso como representante dos assalariados com inserção estratégica na economia, ou seja, nos setores mais concentrados, verificamos que 25% do conjunto dos assalariados, pelo seu grau de dispersão, encontram sérias dificuldades para organizar a sua representação corporativa em nível nacional.

b) No setor industrial, a UIA (União Industrial Argentina) junto a outras organizações, exerce a representação dos interesses das grandes empresas, acontecendo o mesmo no setor financeiro. No setor agropecuário, diversas entidades se apresentam como porta-vozes dos vários segmentos (grandes e pequenos produtores, cooperativas, etc.). No comércio, pelo predomínio dos pequenos estabelecimentos e a dispersão, a organização de representações de alcance nacional se vê prejudicada. No lado dos microempresários e trabalhadores por conta própria a situação se agrava, os primeiros devem incorporar-se a outras organizações empresariais, diluindo a sua influência nas decisões do setor, os segundos carecem de representação.

c) “(...) Se somarmos aos 25% de microempresários e trabalhadores por conta própria os 18% da população ativa constituída por assalariados que trabalham nessas microempresas ou no serviço doméstico e que carecem de representação sindical, se percebe que 43% da população ativa carecem de representação orgânica e autônoma no pacto social. Mesmo que os acordos e as medidas dispostas no âmbito do mesmo os afetem de maneira direta – trate-se de política de ingressos, de salários de preços – não contam com peso e capacidade de intervir nas decisões” (6).

Em síntese, a possibilidade de realizar uma política econômica concertada a partir do acordo entre as entidades patronais e de trabalhadores, não significa necessariamente a participação coletiva e o atendimento das reivindicações do conjunto dos setores econômicos.

Dentro deste quadro, é “viável” a elaboração de um pacto social que compromete os setores mais concentrados da atividade industrial, financeira e agropecuária, os assalariados nestas atividades e o estado, mediador e parte ao mesmo tempo, dado o seu caráter empresário. Os setores econômicos não contemplados diretamente (os 43% a que nos referimos), podem ser momentaneamente neutralizados se os efeitos de curto prazo da política econômica acentuam tendências recessivas, já que dificilmente conseguirão expressar seu descontentamento de maneira articulada. No médio prazo, se esta política econômica se verifica exitosa, gerando crescimento econômico, os efeitos negativos para estes setores marginalizados no modelo econômico podem ser amenizados.

Ou seja, um acordo entre a CGT, as diversas entidades patronais e o governo, pode facilitar a gestão da crise econômica no curto prazo, amenizando os seus efeitos para os setores diretamente representados e permitindo no médio prazo, avançar numa saída negociada que contemple um espectro social mais amplo.

Claro que para que isto aconteça é fundamental a capacidade de liderança e negociação nos diversos setores envolvidos, já que se trata de institucionalizar o consenso.

Passemos então para o estudo concreto do pacto social encaminhado pelo governo Alfonsín.

A abertura formal do pacto (ou *concertación social* como foi denominada pelo governo) se realiza em agosto de 1984, e se explicita como objetivo a curto prazo a necessidade de se fazer um diagnóstico conjunto da situação econômica do país, tendo posteriormente para a elaboração de um plano econômico de médio e longo prazo.

No final de setembro são entregues os diagnósticos sobre a situação do país. Num postura inédita, tendo em vista as tendências predominantes no passado, a CGT, a União Industrial Argentina (UIA), a Sociedade Rural Argentina (SRA), entre outros grupos empresariais da indústria e do Setor Agropecuário, entregam um documento unitário em que expressam confluências importantes:

- necessidade de implementar um crescimento rápido e permanente que ocupe a capacidade instalada e amplie, via investimentos, a estrutura produtiva;
- necessidade de um programa explícito do governo sobre as metas econômicas a médio prazo;
- reativação do sistema produtivo a partir do fortalecimento da iniciativa privada como única maneira de melhorar o padrão de vida da população.

Esta aliança da CGT com os empresários, para além dos objetivos econômicos expostos, procura dividendos políticos na articulação de uma frente partidária de alternativa ao radicalismo nas eleições legislativas de setembro de 1985.

No lado do governo, busca-se ganhar tempo e cobertura política para a gestão da crise a curto prazo, neutralizando a oposição organizada dos trabalhadores e o boicote empresarial, já que os partidos de oposição passam por crises internas que os impedem de ter uma atitude coesa perante o governo.

Do lado dos empresários não há uma postura articulada. Tendem a dar apoio à gestão de Alfonsín, embora receiem a falta de um plano econômico coerente a partir do qual negociar. Desta maneira, fazem alguns acordos com a CGT.

A materialização das posturas do governo e do bloco liderado pela direção da CGT se efetiva entre os meses de janeiro e abril de 1985, quando são dadas a conhecer as “Linhas Gerais de uma Estratégia de Crescimento Econômico 1985-1989”, elaborado pela secretaria de planejamento, cujo titular, Juan Sourrouille, será o novo ministro da Economia a partir de março, e a proposta econômico-social da CGT.

O “Plano Sourrouille”, dado a conhecer em janeiro, “(...) propõe um ‘ajuste positivo’ da economia argentina, baseado num incremento anual cumulativo de 7% das exportações nos próximos 5 anos e de 10% nas importações, para permitir o reequipamento industrial; o PIB crescerá em 4% ao ano e os investimentos totais chegarão a 19% do PIB no final do período, reduzir-se-á o setor público, que passaria a representar de 44,5% do PIB na atualidade a 41,8% em 1989” (9).

As posturas críticas e favoráveis ao plano coincidem em um ponto, trata-se de um plano agroexportador, que privilegia o mercado externo. Ao mesmo tempo em que se elogia a existência de um plano concreto, questiona-se a sua viabilidade.

A proposta cegetista, dada a conhecer em março, coloca no plano central a luta contra a inflação e a busca do crescimento econômico para atender tanto as necessidades internas do país quanto os compromissos externos da dívida.

A explicitação do plano mostra três pontos de destaque:

a) Política de produção e investimentos, atraindo capital estrangeiro e repatriando os capitais nacionais aplicados no exterior.

b) Política salarial que associe o crescimento econômico ao aumento do ingresso do setor assalariado, numa política distributiva.

c) Redução do déficit público, embora com a manutenção das fontes de trabalho no setor estatal. Liberação dos preços (3).

A partir da explicitação dos dois planos, vemos que as possibilidades de acordo não estão comprometidas nas questões de médio prazo, em que as diferenças não são de caráter antagônico. A ênfase dada pelo governo para a política exportadora implica mudanças importantes na estrutura interna do país, que dizem respeito ao papel da pequena e média empresa e setor assalariado. Nisto o plano é ambíguo, e de alguma maneira, a proposta cegetista o complementa com medidas que tratam da melhoria estrutural do salário e da manutenção das fontes de trabalho.

5. 1985: A OFENSIVA POLÍTICA DO GOVERNO ALFONSIN

A análise do Pacto Social permite verificar as potencialidades estabilizadoras deste tipo de política sempre e quando a economia apresente sinais de dinamismo. Se a estrutura de representação corporativa (centrais sindicais de trabalhadores e patrões) e dos partidos políticos (bipartidarismo via Radicalismo e Justicialismo) contribuem para a gestão negociada da crise no curto prazo, o estado de falência do capitalismo argentino exerce uma ação desestabilizadora que dificulta qualquer política de médio alcance na área econômica.

Frente a crise que se desata no primeiro semestre de 1985, o governo parece sem iniciativa: a inflação alcança um promédio de 30% no segundo trimestre, cresce a mobilização dos trabalhadores com a CGT dando a conhecer um plano de lutas que prevê greves por tempo indeterminado, início do julgamento dos militares em abril, começando um jogo de forças nos meios de comunicação e nas ruas entre os setores contrários ao julgamento e os movimentos de defesa dos direitos humanos, queda de popularidade do presidente Alfonsin nas pesquisas de opinião.

No entanto, no dia 13 de junho é anunciado um plano de reforma econômica, o "Plano Austral". A partir deste momento se inicia uma fase de ofensiva, que por um período de quase dois anos, o governo procurará encaminhar soluções para a crise do país.

O “Plano Austral” vem ao encontro de dois problemas básicos: no plano estrutural, busca retomar para o Estado o controle de decisão política na economia; no plano conjuntural, responder aos impasses do pacto social e ao isolamento político do governo, com uma atitude unilateral de impacto que reconstitua o consenso político e social que o conduziu ao poder.

Com a estabilização da economia no curto prazo, a diminuição da inflação pelo congelamento de preços e salários e a eliminação das expectativas inflacionárias no conjunto da sociedade, é possível, na concepção dos formuladores do plano, discutir as questões de médio e longo prazo que dizem respeito ao crescimento econômico, dívida externa, perfil da industrialização, etc.

Os efeitos políticos do plano no curto prazo são impressionantes:

A CGT suspende as medidas de luta já programadas, ao mesmo tempo em que aponta para a defasagem salarial provocada pelo congelamento das perdas acumuladas nos últimos nove meses, quando os ajustes correspondiam a 90% da inflação de cada mês, propondo que o congelamento incorpore um aumento de 50%.

As entidades empresariais passam a apoiar o plano e nos partidos políticos a sensação é de perplexidade, dado o caráter inesperado das medidas e o apoio popular às mesmas, acompanhado de crescente prestígio do governo perante a opinião pública.

No partido justicialista, com poucas exceções como a do então governador da província de La Rioja, Carlos Menem, as posturas são de ataque frontal ao plano de estabilização.

Os efeitos da nova iniciativa do governo, tanto na economia quanto na política, começam a aparecer no segundo semestre de 1985:

– queda da inflação, que passa de 30,5% no mês de junho para 6,2%, 3,1%, 2,0%, 1,9% e 2,4% nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro.

– nas eleições legislativas para renovar um terço do parlamento no dia 3 de novembro, o radicalismo obtém 43% dos votos contra 34% do peronismo. Cresce a votação da esquerda, o Frepu (Frente del Pueblo), aliança que congrega o Partido Comunista, o Movimiento al Socialismo (trotskista) e setores da esquerda peronista, consegue 4% dos votos, o Partido Intransigente (centro-esquerda) 6% dos votos. A União de Centro Democrático (Direita Liberal) consegue apenas 3,5%.

Dentro deste clima extremamente favorável ao governo é anunciado no dia 9 de dezembro o veredito da sentença dos comandantes das juntas militares que governaram o país entre 1976-1983: prisão perpétua para Jorge Rafael Videla e Emilio Masera – comandantes do exército e da marinha na primeira junta de governo – e penas menores para a Força Aérea, cuja participação na repressão foi considerada menor, e absolvição para a maior parte dos componentes das juntas posteriores. A partir deste momento, começa o julgamento das hierarquias inferiores das Forças Armadas.

Esta decisão não agrada nem aos organismos de defesa dos direitos humanos, que consideram as penas muito suaves, não correspondendo à gravidade dos delitos cometidos, nem às Forças Armadas, que não aceitam ser julgadas pelo que consideram um serviço prestado à nação, a luta anti-subversiva.

Entre estas duas posturas, se impõe a posição legalista do governo radical que coloca como única instância de decisão o Poder Judiciário ao qual têm de se subordinar os interesses setoriais, qualquer que seja o veredito. Porém, como sabemos, o problema está longe de ser resolvido.

Independentemente das posições divergentes em relação à atuação do governo, podemos dizer que o presidente Alfonsín termina seu segundo ano de mandato podendo afirmar que deu encaminhamento prático para a solução dos problemas mais urgentes do país: a crise econômica e a violência como prática política.

A partir deste momento começam a aparecer os desdobramentos concretos dos lineamentos definidos até aqui.

Na área econômica começa-se a discutir a chamada segunda fase do Plano Austral, ou etapa de reativação econômica. Neste sentido, no entender da equipe econômica, existem dois problemas a serem encaminhados: a recuperação econômica, que opera com a capacidade já instalada e para a qual o governo pode a curto prazo orientar o crédito para certos setores do mercado que gerem demanda efetiva imediata, como a indústria de automóveis, construção civil, compra de bens de capital para pequenas e médias empresas, e favorecer exportações reduzindo encargos impositivos. O segundo, mais complicado, diz respeito ao crescimento econômico propriamente dito, que requer novos investimentos. Nesta área, a idéia principal consiste em rediscutir o papel que o Estado assumiu historicamente no país incorporando os riscos pelos empreendimentos mal-sucedidos do setor privado num processo de socialização das perdas. A nova postura deve colocar como linha fundamental a privatização do crescimento.

A origem dos fundos para um nova política de investimento deveria vir de: a) a poupança social em dólares, originária dos depósitos do conjunto da sociedade com garantia do Estado, que seria utilizada como Fundo de Financiamento de Projetos; b) dos ativos externos das empresas, já que se calculava que havia aproximadamente 20.000 milhões de dólares de argentinos aplicados no exterior. Num cálculo modesto, esperava-se que pelo menos 10% deste dinheiro retornasse ao país; c) do "dinheiro novo" que o anunciado "Plano Baker" destinaria aos países endividados a partir de 1986.

Dentro desta perspectiva, o governo teria como função a de garantir a estabilidade da economia restabelecendo a confiabilidade do país como área rentável para os investimentos. A privatização do crescimento caminha junto com a reforma do Estado. Na visão do governo, importantes áreas em que este tem predomínio ou monopólio da exploração deveriam ser abertas à iniciativa privada. As empresas públicas teriam que ser reorganizadas, de acordo com a lógica da acumulação privada, ou vendidas. Algumas medidas são tomadas neste sentido: chama-se a uma licitação internacional para adjudicar 164 áreas para a busca e exploração de petróleo, iniciam-se os acordos de intercâmbio com o Brasil que incluem a complementação econômica no setor de bens de capital, transportes, comunicação e energia; cria-se o Diretório de Empresas Públicas, com a função centralizar o controle das empresas do Estado.

6. 1986-1987: A INICIATIVA POLÍTICA PRESIDENCIAL E SEUS LIMITES

Apesar das expectativas em relação à recuperação da economia e ao conjunto de medidas anunciadas, os resultados não são os melhores. Os meses vão passando e o “Plano Baker” não apresenta nenhum resultado concreto. O retorno de capitais aplicados no exterior é mínimo, as exportações em 1986 são 20% menores que as do ano anterior. Mesmo assim, o desempenho da economia supera em alguns indicadores o ano de 1985: a inflação de 81,9%, embora maior do que esperado, representa o menor índice desde 1974, o PIB cresce 5,5% em referência ao ano anterior e o PIB industrial 13,3%. Ao mesmo tempo, o FMI libera empréstimos adicionais para a cobertura do déficit nas exportações e dinheiro novo para investimentos produtivos.

O governo se sente confiante, a oposição está sem iniciativa, o movimento sindical, apesar da retomada das greves (Quadro 1) e da normalização da CGT, que em novembro de 1986 elege uma nova direção, não representa grave perigo para a condução da economia. Dentro deste quadro, o presidente Alfonsín decide encaminhar uma solução definitiva para a questão militar, enviando ao parlamento a lei do “Ponto Final” em dezembro de 1986.

Por esta lei, entre outras coisas, se pretendia “extinguir as ações penais sobre todos aqueles que participaram na repressão política e que não estejam prófugos, ou declarados em rebeldia, ou que não tenham sido intimados na citação para prestar declaração indagatória (...) antes dos sessenta dias corridos a partir da promulgação da lei” (4).

Apesar da revolta gerada nas organizações de defesa dos direitos humanos e demais setores contrários a uma anistia aos militares, a lei é aprovada no parlamento.

Passados os sessenta dias previstos e na medida em que a rápida atuação da justiça, fazendo pleno uso da sua autonomia, permite a abertura de mais de 400 novas causas contra militares, extrapolando os limites previstos tanto pelo governo como pelas forças armadas, a inquietação nos quartéis se torna cada vez mais explícita culminando nas revoltas da Semana Santa de 1987, com a ocupação de quartéis em Córdoba e Buenos Aires.

Para além da descrição dos fatos, parece-nos importante remeter a análise para a avaliação das potencialidades desestabilizadoras da ação dos militares.

Diferentemente de outras oportunidades, a reivindicação de suspensão dos processos e a anistia geral aparecem como único argumento de revolta militar. Não existe um projeto global alternativo ao governo radical que concentre apoios de forças políticas e sociais representativas. São os militares que se levantam em seu próprio nome contra uma determinada política do governo que os atinge. Dificilmente se sustenta um golpe militar com estes argumentos.

Forças armadas que intervêm pela força no âmbito dos assuntos civis, que mataram, torturaram, prenderam e exilaram milhares de civis, que agiram em muitos casos

como delinqüentes comuns, roubando as vítimas, ao amparo da impunidade; que destroçaram a economia do país; que iniciaram uma guerra na qual morreram centenas de pessoas e que, como iniciativa militar, foi um fracasso; se sentem no direito de exigir não serem julgados por civis e serem anistiados!

Apelam para o argumento da obediência devida, inocentando-se na afirmativa de que cumpriram ordens superiores.

Perante estas forças armadas o governo se curva, marcando o primeiro limite explícito ao processo de redemocratização: a conciliação com os militares.

Se a partir do “Plano Austral” o governo radical consolida as alianças no plano econômico-social com o grande capital nacional e multinacional, no plano político, com as concessões aos militares, a sua base de sustentação passou a encontrar no centro conservador um importante interlocutor, delimitando claramente os alcances da democracia na Argentina.

Se um dos argumentos na decretação do “Ponto Final” era o de que não pode permanecer no país um estado de suspeita permanente sob um setor fundamental como são as Forças Armadas, com a aprovação da lei de “obediência devida”, em junho de 1987, parece que no entender do governo, o país, sim, pode conviver permanentemente sem atender às reclamações de justiça de um importante setor da cidadania.

7. 1987-1989: CRISE MILITAR, CRISE ECONÔMICA, E VOLTA DO PERONISMO

As concessões do governo em relação às Forças Armadas não conseguem eliminar o foco de instabilidade crescente na área militar. Novas revoltas exigindo anistia geral mobilizarão setores descontentes que se insurgirão contra o próprio comando da instituição.

Se a rebelião dos militares tem como efeito político imediato o bloqueio da iniciativa política do governo radical, que se vê superado pelos acontecimentos, a evolução da economia está longe de responder às expectativas suscitadas pelo Plano Austral e o conjunto de medidas complementares anunciadas pela equipe econômica.

Em 1987 são implementados três planos de ajuste que têm como componente principal o congelamento de preços e salários e como objetivo imediato o controle da inflação: em fevereiro, junho e outubro (Quadro 1).

Mesmo assim, o país chega às eleições de setembro para governadores de província e renovação do parlamento, com uma taxa de inflação próxima aos 20%.

Nestas eleições o peronismo reaparece como força política de expressão, conseguindo 41,4% dos votos contra 37,5% do radicalismo, elegendo governadores na esmagadora maioria das províncias. O partido radical retém apenas o controle das províncias de Córdoba, onde reelege Eduardo Angeloz, e de Rio Negro.

A partir deste momento, a sucessão do presidente Alfonsín passa a ocupar um destaque cada vez maior, sendo que os principais focos de instabilidade na evolução da conjuntura política, neste período final de mandato, situam-se nos campos militar e econômico.

As rebeliões militares comandadas por Aldo Rico em janeiro de 1988 e Mohamed Seineldin em dezembro, exigindo anistia para os militares envolvidos em acusações por violação dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que conseguem unificar o conjunto de forças políticas na defesa das instituições contra tentativas golpistas, deixam implícitas algumas afinidades entre setores do peronismo que defendem a candidatura Menem e os militares sublevados, deixando em aberto a especulação em torno da possibilidade de uma reavaliação desta questão pelo futuro governo, o que efetivamente aconteceu com o indulto de dezembro de 1990.

No campo econômico, o ano de 1988 trouxe como resultado a recuperação do comércio exterior do país com um superávit comercial de 3,62 bilhões de dólares, o segundo maior da década de 80. Ao mesmo tempo, o serviço da dívida externa consome 4,9 bilhões de dólares e a produção industrial cai 6,9% (Quadro 2).

O descontrole da inflação permanece e o governo anuncia no começo de agosto a implementação do "Plano Primavera" que, nos moldes do Austral, congela preços e salários e recebe apoio dos grandes empresários. Por um acordo com a União Industrial Argentina que envolve 400 grandes empresas, e por 180 dias, acerta-se um congelamento de preços contidos em tabelas autorizadas até a data de lançamento do plano. Os aumentos de salários do setor privado serão livremente negociados por comissões paritárias, fixa-se o valor do dólar num patamar entre 12 (mercado comercial) e 14,40 australes (mercado financeiro), elevam-se as taxas de juros e se anuncia um plano de racionalização administrativa que pretende reduzir em 30.000 o número de funcionários públicos.

A comunidade financeira internacional dá seu apoio ao plano. Formaliza-se um acordo com o FMI até fins de 1989 pelo valor de 1.200 milhões de dólares, e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos libera um empréstimo ponte de 500 milhões de dólares como expressão de apoio aos esforços do governo argentino para superar a crise.

O caráter das medidas anunciadas, a nove meses das eleições para presidente, com o candidato do justicialismo Carlos Menem à frente nas pesquisas, com o apoio explícito dos empresários e da comunidade financeira internacional, não deixa dúvidas, apesar dos desmentidos do governo, quanto ao sentido fundamentalmente eleitoreiro do "Plano Primavera".

Mesmo assim, o governo não consegue fôlego suficiente para chegar às eleições com um mínimo de controle sobre a economia.

A inflação decai de 27,6% em agosto para 5,7% em novembro e se mantém num dígito até fevereiro, mas o custo é alto demais já que o controle se sustenta principalmente na manutenção do dólar abaixo do valor real, obrigando o governo a despejar

constantemente dólares no mercado para conter a alta dos preços. Em seis meses é consumida a metade das reservas

A partir de janeiro a inflação começa a superar as previsões do governo, chega a 9,6% em fevereiro e o apoio dos empresários é cada vez menor, descontentes com a indefinição oficial em relação ao descongelamento. As incertezas sobre o período pós-eleitoral, o crescimento da candidatura justicialista, as crescentes dificuldades externas, com o FMI suspendendo a liberação do empréstimo acertado no ano anterior, terminam colocando o governo num impasse, perdendo toda a credibilidade.

Em fins de março renuncia o ministro de economia Juan Sourouille, depois de quatro anos à frente da pasta.

A inflação atinge 17% no mês de março e 35% no mês de abril, o dólar dispara para mais de 100 australes. Neste quadro, o candidato do partido justicialista Carlos Menem ganha as eleições por ampla margem de votos: 49,3% contra 37% do candidato da União Cívica Radical.

8. CONCLUSÃO

Durante o governo da União Cívica Radical, diversos instrumentos de política econômica e de negociação política contribuíram para a gestão da crise: o pacto social permitiu administrar a evolução da conjuntura econômica no primeiro ano, quando o Partido Justicialista e a CGT se encontravam sob os efeitos da derrota eleitoral de 1983. O "Plano Austral" conseguiu gerar respaldo no conjunto da população, garantindo para o governo o apoio necessário no encaminhamento de questões como o julgamento dos militares e o controle da conjuntura econômica durante os anos de 1985 e 1986. Uma nova sucessão de "choques heterodoxos" procurou manter a inflação em níveis toleráveis nos anos posteriores. A iniciativa política do presidente Alfonsín, com uma imagem individual e suprapartidária de modernizador, preocupado com a reforma do Estado, o estímulo à iniciativa privada, a descentralização administrativa, unida à estabilidade inusual da equipe econômica comandada por Juan Sourouille (4 anos), oriundo dos meios acadêmicos, de reconhecida capacidade técnica, contribuíram para manter a expectativa em amplos setores da sociedade de que "alguma grande mudança" devia acontecer.

Olhando para trás, verificamos que nenhuma grande mudança aconteceu. Fora os constantes anúncios de reformas estruturais no estado e na economia, o que se verifica é que o governo Alfonsín se limitou a administrar o país, atacando os sinais mais agudos da crise conforme iam se manifestando, deixando como marcas visíveis da sua gestão o funcionamento das instituições, num marco de respeito às liberdades, e o julgamento dos militares. Neste caso, a solução foi parcial.

Desta maneira, consegue chegar ao final do mandato e transferir o cargo para o sucessor Carlos Menem, do Partido Justicialista, com país imerso numa crise econômica sob a qual já não tinha controle, devendo antecipar em seis meses a posse do novo governo.

QUADRO 1 – Indicadores Econômicos e Sociais – 1985-1988

1985

Inflação mensal (1)	25,1	20,7	26,5	29,5	25,1	30,5	6,2	3,1	2,0	1,9	2,4	3,2
Choques Econômicos (2)	Plano Austral											
Greves (3) Sentoriais	52	24	48	42	28	26	24	12	19	31	16	22
Gerais (CGT)					x			x				
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

1986

Inflação mensal (1)	3,0	1,7	4,6	3,9	4,0	4,5	6,8	8,8	7,2	6,1	5,3	4,7
Choques Econômicos (2)	Plano Austral											
Greves (3) Sentoriais	17	21	33	45	55	69	52	52	67	66	54	32
Gerais (CGT)	x			x		x				x		
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

1987

Inflação mensal (1)	7,6	6,5	8,2	3,4	6,0	8,0	10,1	13,7	11,7	19,5	10,3	3,4
Choques Econômicos (2)		x				x				x		
Greves (3) Sentoriais	13	12	13	11	28	39	42	48	51	56	50	35
Gerais (CGT)	x										x	x
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

1988

Inflação mensal (1)	9,1	10,4	14,7	17,2	15,7	18,0	25,6	27,6	11,7	9,0	5,7	
Choques Econômicos (2)												Plano Primavera
Greves (3) Sentoriais	25	27	51	56	53	66	48	47	37	55	45	31
Gerais (CGT)				x						x		
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D

Fonte: (1) e (2): *El Bimestre Político y Económico: Cronología Política Anos 1985/ 1986/ 1987/ 1988*
 (3): Hector Palomino: Los Conflictos Laborales 1985-1986. *El Bimestre...* n° 31, 1987.
 Los Conflictos Laborales 1987. *El Bimestre...* n° 36, 1987.
 Los Conflictos Laborales 1988. *El Bimestre...* n° 42, 1989.

QUADRO 2 – Dívida Externa

Ano	Milhões de dólares	% sobre as exportações		O que se paga em milhões de dólares	
		Juros	Dívida total	Utilidades e juros	Serviços
1983	45.069	58,4	485		
1984	46.903	57,6	488		
1985	48.312	51,1	481		
1986	51.400	50,9	610	4417	891
1987	54.700	51,0	673	4483	793
1988	56.800	40,4	541	4600	700

Dados extraídos do *Jornal Página 12*, 29/12/1988, p. 8. Fonte CEPAL

QUADRO 3 – evolução do Salário Mínimo – Valor em Pesos, Lei 18.188 do ano de 1974 – último trimestre de cada ano

Ano	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Go- verno	Ditad. militar	Peronismo				Ditadura Militar				Radicalismo					
Valor	900	1090	1040	890	550	500	475	480	510	575	560	870	940	570	570

Fonte: *El Bimestre Político y Económico*, 1987, nº 33, pg. 19

AYERBE, L. F. The transition to democracy in Argentina (1984-1989): an analyses of the Alfonsín's government. *Perspectivas*, São Paulo, v. 14, 149-171, 1991.

ABSTRACT: *This paper tries to show how the transition to democracy in Argentina, inspite of the indications of institutional instability, occurs together the consolidation of a social-economic system of which the signs of the crises tend to emphasize more and more its excludent character.*

KEYWORDS: *Democracy; economic crises; social pact; governability.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AZPIAZU, D., BASUALDO, E. M., KHAVISSE, M. *El nuevo poder económico en la Argentina de los años 80*. Buenos Aires: Ed. Legasa, 1986.
2. EL BIMESTRE Político y Económico, n. 19, p. 22, 1985.
3. EL BIMESTRE Político y Económico, n. 20, p. 58, 1985.

Perspectivas, São Paulo, v. 14, p. 149-171, 1991.

4. LEY del "Punto Final". *El Bimestre Político y Económico*, n. 6, p. 46, 1986.
5. PALOMINO, H. La clase obrera en la Argentina: tendencias de su evolución y perspectivas. *El Bimestre Político Y Económico*, n. 16, 1984.
6. PALOMINO, H. *La concertación social: relevamiento de los principales grupos sociales en Argentina*, Cisea. (Mimeog.)